

Luciane Pereira da Silva Navarro
(Organizadora)



Bibliografia História da Mídia e da Imprensa

Atena
Editora
Ano 2019

Luciane Pereira da Silva Navarro

(Organizadora)

Bibliografia: História da Mídia e da Imprensa

**Atena Editora
2019**

2019 by Atena Editora
Copyright © Atena Editora
Copyright do Texto © 2019 Os Autores
Copyright da Edição © 2019 Atena Editora
Editora Executiva: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira
Diagramação: Geraldo Alves
Edição de Arte: Lorena Prestes
Revisão: Os Autores

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof.ª Dr.ª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Conselho Técnico Científico

Prof. Msc. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Msc. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Prof.ª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Prof. Msc. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Msc. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Prof. Msc. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista
Prof.ª Msc. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Msc. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof.ª Msc. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)	
B582	Bibliografia [recurso eletrônico] : história da mídia e da imprensa / Organizadora Luciane Pereira da Silva Navarro. – Ponta Grossa, PR: Atena Editora, 2019. Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader. Modo de acesso: World Wide Web. Inclui bibliografia ISBN 978-85-7247-605-8 DOI 10.22533/at.ed.058190309 1. Jornalismo – Bibliografia. I. Navarro, Luciane Pereira da Silva. CDD 016.0704495
Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422	

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná - Brasil
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

As páginas que você está prestes a ler vão conduzi-lo para além da mera constatação histórica sobre os caminhos percorridos pela imprensa nos últimos dois séculos. Os textos que compõem esta obra elástica vão levá-lo à compreensão singular de particularidades sobre o desenvolvimento da comunicação e do jornalismo sob as perspectivas política, cultural, social e histórica.

Ao percorrer os capítulos, especialmente no primeiro e último, você, leitor, encontrará textos que, habilmente construídos, suscitam a reflexão sobre as práticas comunicacionais em diferentes contextos políticos desde o Estado Novo, a Ditadura Militar até a crise recente enfrentada pelo Brasil e que culminou com o impeachment de Dilma Rousseff. A amplitude temporal dos textos torna perceptível a evolução do papel dos meios de comunicação, tradicionais e alternativos, ao longo do tempo e através da evolução tecnológica. No capítulo final, em especial, a política é o pano de fundo de grande parte dos textos que, ao cabo, vão ajudá-lo a compreender tramas históricas que conduziram o jornalismo ao seu status atual, uma prática profissional em rápida e constante transformação.

As aproximações e afastamentos entre diferentes linguagens, formatos jornalísticos e práticas socioculturais estão organizadas no segundo capítulo: Mídia, Arte e Memória. Os artigos selecionados abordam desde quadrinhos, ilustração, documentarismo e street papers até jornalismo literário. Da trama tecida entre os títulos desta seção emana a compreensão do valor memorialístico do jornalismo, prática diária de registro da realidade e de escuta dos sujeitos, que contribui para a preservação da memória social.

Luciane Pereira da Silva Navarro

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
MÍDIA IMPRESSA, COMUNICAÇÃO E HISTÓRIA: BREVES CONSIDERAÇÕES E APROXIMAÇÕES	
<i>Giovana Montes Celinski</i> <i>Ivania Skura</i>	
DOI 10.22533/at.ed.0581903091	
CAPÍTULO 2	11
OS CEM ANOS DA IMPRENSA NO BRASIL: A COMEMORAÇÃO ATRAVÉS DA EXPOSIÇÃO E DOS CATÁLOGOS DO IHGB	
<i>Alvaro Daniel Costa</i>	
DOI 10.22533/at.ed.0581903092	
CAPÍTULO 3	23
A HISTÓRIA DA TV BRASIL ENCONTRANDO A SAÚDE: UM ESTUDO DE CASO	
<i>Vitor Pereira de Almeida</i> <i>Iluska Maria da Silva Coutinho</i>	
DOI 10.22533/at.ed.0581903093	
CAPÍTULO 4	37
ASPECTOS DA HISTÓRIA DO JORNALISMO ESPORTIVO	
<i>Thalita Raphaela Neves de Oliveira</i>	
DOI 10.22533/at.ed.0581903094	
CAPÍTULO 5	50
RADIOJORNALISMO NO BRASIL: UMA ANÁLISE DA EVOLUÇÃO CURRICULAR	
<i>Lourival da Cruz Galvão Júnior</i>	
DOI 10.22533/at.ed.0581903095	
CAPÍTULO 6	62
COMUNICAÇÃO E EDUCAÇÃO: DAS TIC AOS DISPOSITIVOS MÓVEIS	
<i>Ana Graciela M. F. da Fonseca Voltolini</i> <i>José Serafim Bertoloto</i> <i>André Galvan da Silveira</i> <i>Ed Wilson Rodrigues Silva Júnior</i> <i>Lucinete Ornagui De Oliveira Nakamura</i> <i>Paula Viviana Queiroz Dantas</i>	
DOI 10.22533/at.ed.0581903096	
CAPÍTULO 7	74
O SURGIMENTO DA IMPRENSA EM MATO GROSSO E EM MATO GROSSO DO SUL	
<i>Danusa Santana Andrade</i>	
DOI 10.22533/at.ed.0581903097	

CAPÍTULO 8	85
DESENVOLVIMENTO E DIFUSÃO DAS HISTÓRIAS EM QUADRINHOS A PARTIR DE JORNAIS ESTADUNIDENSES DO SÉCULO XIX	
<i>Juliana de Kássia de Oliveira Angelim</i>	
DOI 10.22533/at.ed.0581903098	
CAPÍTULO 9	97
DA ILUSTRAÇÃO À TELA DA TV: A EVOLUÇÃO DA EXPRESSÃO ARTÍSTICA NAS REVISTAS BRASILEIRAS	
<i>Talita Souza Magnolo</i>	
DOI 10.22533/at.ed.0581903099	
CAPÍTULO 10	114
CONTRIBUIÇÕES DO JORNALISMO LITERÁRIO PARA A CONSTRUÇÃO DE PÓS-MEMÓRIAS NA COLONIZAÇÃO PORTUGUESA NA ÁFRICA DO SÉCULO XX	
<i>Flávia Arruda Rodrigues</i>	
DOI 10.22533/at.ed.05819030910	
CAPÍTULO 11	123
O DOCUMENTÁRIO XICO STOCKINGER COMO LUGAR DE MEMÓRIA	
<i>Alini Hammerschmitt</i>	
DOI 10.22533/at.ed.05819030911	
CAPÍTULO 12	132
JORNALISMO NA ERA DOS TESTEMUNHOS: UMA CHANCE DE APRENDER COM O CINEMA	
<i>Cristine Gerck Pinto Carneiro</i>	
DOI 10.22533/at.ed.05819030912	
CAPÍTULO 13	145
OS <i>STREET PAPERS</i> COMO INSTRUMENTOS DE RESGATE DO CIDADÃO EM VULNERABILIDADE SOCIAL: ESTUDO DE CASO DA REVISTA OCAS”	
<i>Franklin Larrubia Valverde</i>	
<i>Marília Gomes Ghizzi Godoy</i>	
<i>Rosemari Fagá Viégas</i>	
DOI 10.22533/at.ed.05819030913	
CAPÍTULO 14	156
CRIAÇÃO DA PRIMEIRA TV EDUCATIVA DO BRASIL - A IMPLANTAÇÃO DA TV UNIVERSITÁRIA, CANAL 11: EDUCAÇÃO, COMUNICAÇÃO E AS RELAÇÕES DE PODER	
<i>Maria Clara de Azevêdo Angeiras</i>	
DOI 10.22533/at.ed.05819030914	

CAPÍTULO 15	169
REPRESENTAÇÃO SOCIAL DE PODER E REBELDIA NO JORNALISMO IMPRESSO NO COMEÇO DO SÉCULO XX – LITERATURA E ANARQUISMO EM PERSPECTIVA HISTORIOGRÁFICA	
<i>Manuel Marquez Viscaíno Jr</i>	
DOI 10.22533/at.ed.05819030915	
CAPÍTULO 16	183
CORRESPONDENTES BRASILEIROS NA SEGUNDA GUERRA E A SAÍDA PARA TRÊS TIPOS DE CENSURA	
<i>Rosamary Esquenazi</i>	
DOI 10.22533/at.ed.05819030916	
CAPÍTULO 17	192
IMPrensa ALTERNATIVA E NEOPENTECOSTALISMO: ESTRATÉGIAS PARA UM MOMENTO DE CRISE POLÍTICA	
<i>Matheus Lobo Pismel</i>	
DOI 10.22533/at.ed.05819030917	
CAPÍTULO 18	202
PORTFÓLIO DE ORLANDO BRITO: O FIM DA ERA DILMA NA REVISTA PIAUÍ	
<i>André Melo Mendes</i> <i>Mírian Sousa Alves</i>	
DOI 10.22533/at.ed.05819030918	
SOBRE A ORGANIZADORA	215
ÍNDICE REMISSIVO	216

A HISTÓRIA DA TV BRASIL ENCONTRANDO A SAÚDE: UM ESTUDO DE CASO

Vitor Pereira de Almeida

Universidade Federal de Juiz de Fora, Doutorando
em Comunicação.

Juiz de Fora, Minas Gerais.

Iluska Maria da Silva Coutinho

Universidade Federal de Juiz de Fora, Professora
Doutora da Faculdade de Comunicação Social.

Juiz de Fora, Minas Gerais.

RESUMO: O presente trabalho tem como proposta apresentar a história da EBC – Empresa Brasil de Comunicação e, particularmente a história da TV Brasil. Além disso, analisar o espaço dedicado à saúde no telejornalismo público brasileiro, com a avaliação de parâmetros para realizar inferências acerca da qualidade da cobertura sobre saúde no telejornalismo público. O objeto de estudo é a série do programa Repórter Brasil edição noturna “Nos corredores do SUS”. Investigações anteriores desenvolvidas no âmbito da UFJF pelo “Laboratório de Jornalismo e Narrativas Audiovisuais” oferecem o referencial teórico para a avaliação empírica, realizada a partir de pesquisa de edições disponíveis na rede mundial de computadores. Além disso, o trabalho de pesquisa aponta, ainda, como se dá a cobertura em saúde pelo telejornalismo público, no Repórter Brasil, telejornal objeto dessa pesquisa, e apresenta a tendência de

utilizar fontes oficiais nas reportagens, aqui denominadas falas de autoridade.

PALAVRAS-CHAVE: História das Mídias Audiovisuais; História da EBC; TV Brasil; Saúde.

THE HISTORY OF TV BRASIL FINDING THE HEALTH: A CASE STUDY

ABSTRACT: The present work intends to present the history of EBC - Empresa Brasil de Comunicação and, particularly the history of TV Brasil. In addition, to analyze the space dedicated to health in Brazilian public television journalism, with the evaluation of parameters to make inferences about the quality of health coverage in public television journalism. The object of study is the series of the program Repórter Brasil night edition "Nos corredores do SUS". Previous research developed within the scope of the UFJF by the "Laboratório de Jornalismo e Narrativas Audiovisuais" offer the theoretical reference for the empirical evaluation, realized from research of editions available in the worldwide network of computers. In addition, the research also points to the coverage of health by public telejournalism, in the Repórter Brasil, television newscast object of this research, and presents the tendency to use official sources in the reports, here called authority lines.

KEYWORDS: History of Audiovisual Media; History of EBC; TV Brasil; Health.

1 | HISTÓRIA DA EBC E DA TV BRASIL

A Empresa Brasil de Comunicação, mais conhecida pela sigla EBC, é uma empresa pública que possui um conglomerado de mídia no Brasil. Foi criada em 2007 para gerir as emissoras de rádio e televisão públicas federais. A EBC (Empresa Brasil de Comunicação) é responsável pela Rede Nacional de Comunicação Pública e gere as emissoras federais. A EBC administra a TV Brasil, a TV Brasil Internacional, a Agência Brasil, a Radioagência Nacional e as oito emissoras do sistema público de rádio. Ela é ainda responsável pela produção de conteúdos da Secretaria de Comunicação do Governo Federal, como o programa “A Voz do Brasil” e atividades do canal NBR. O canal NBR é produtor de imagens de eventos realizados no Palácio do Planalto.

Essa proximidade entre os canais públicos e estatais acaba sendo um alvo de críticas à TV Brasil. Afinal, como manter autonomia se quem produz e comanda a TV Brasil também produz e comanda o canal NBR? No site da EBC, em sua carta de apresentação, é afirmado que os veículos da EBC têm autonomia para definir produção, programação e distribuição de conteúdos. Atualmente, são veiculados conteúdos jornalísticos, educativos, culturais e de entretenimento com o objetivo de levar informações de qualidade sobre os principais acontecimentos no Brasil e no mundo para o maior número de pessoas (Site da EBC, 2016).

O governo federal cria a EBC em 25 de outubro de 2007. Nessa data se deu a publicação no Diário Oficial da União. Sua sede fica em Brasília, mas existem centros de produção e escritórios regionais espalhados pelo Brasil. A EBC tem autonomia e independência em relação ao governo federal para definir produção, programação e distribuição de conteúdos.

A empresa nasce da união dos patrimônios e do pessoal da Empresa Brasileira de Comunicação (Radiobrás) e dos bens públicos da União que estavam sob a guarda da Associação de Comunicação Educativa Roquette Pinto (Acerp), que coordenava a TVE Brasil.

Mesmo com todas as definições de pluralidade e princípios editoriais abrangentes das televisões públicas, a concentração dos meios de produção de conteúdo e de comunicação como um todo ainda dificulta a democratização da comunicação. Coutinho (2013) destaca o caráter privado da mídia e, ainda ressalta que diversos autores também o fazem.

Diversos autores como Mattos (2000), Ramos (2007), Brittos e Bolaño (2007), entre outros, já destacaram o caráter eminentemente privado, e a concentração da radiodifusão no Brasil. Desde a implantação da TV Tupi de São Paulo, em 1950, até a constituição da primeira rede de televisão brasileira, então com transmissão terrestre, a operação das emissoras de televisão em nosso país sempre esteve associada à exploração comercial, ainda que muitas vezes com o patrocínio do Estado, um dos principais anunciantes ao longo da história da TV brasileira (COUTINHO, 2013, p3).

Ao constituir-se como responsável pela gestão da comunicação pública nacional,

além de herdar os canais de rádio e televisão geridos pela estatal Radiobrás e pela TVE do Rio Janeiro, coube à EBC a responsabilidade pela implantação de novas emissoras públicas de radiodifusão, dentre as quais figura a TV Brasil.

No Brasil, a TV pública tem sua maior representante na TV Brasil. Ela foi criada em 2007 para suprir as pendências do jornalismo comercial e, também, como uma demanda da sociedade no âmbito da disputa pela democratização da comunicação. Coutinho (2013), no livro “A informação na TV pública” expõe o caráter plural da TV Brasil.

Propõe-se nessa perspectiva, em diversos trabalhos de pesquisa, compreender a prática do telejornalismo em uma emissora pública na perspectiva da complementariedade, no exercício desse direito, social à comunicação. Nesse sentido, a TV Brasil, como emissora de televisão pública deveria possibilitar a difusão de diferentes vozes, imagens e sons, produzidos segundo uma diversidade de princípios editoriais de tal modo que a pluralidade de opiniões e perspectivas fosse construída a partir da experimentação do direito de comunicar, em um canal público (COUTINHO, 2013 p. 27).

A criação da TV Brasil se deu como uma rede. Ela reuniu a TVE do Rio de Janeiro, a TVE do Maranhão e da Radiobrás. Coutinho (2013) mostra como se deu a criação e ressalta que ela foi considerada uma vitória no campo público da comunicação.

Apresentada como a nova rede pública de televisão brasileira, a TV Brasil foi criada em 2007, durante o governo Lula, por meio de medida provisória. A MP 398, publicada no Diário Oficial da União em 11 de outubro de 2007, enfrentou resistências na mídia brasileira, que denunciava a criação de uma televisão de governo, e no próprio Congresso Nacional. Um dos canais pertencentes à Empresa Brasil de Comunicação (EBC), a TV Brasil reuniu a TVE do Rio de Janeiro, a TVE do Maranhão e da Radiobrás, e foi considerada “uma vitória do campo público de comunicação” por diversos defensores da democratização da mídia e por autores como Aguiar (2012, p21) (COUTINHO, 2013, p 23-24).

Ainda sobre o papel da TV pública no Brasil e da TV Brasil em especial, Coutinho (2013) destaca a importância da implantação da TV Brasil para a democratização dos meios.

A implantação da TV Brasil representou uma importante conquista para segmentos da sociedade brasileira envolvidos com a luta pela pluralidade e democratização do acesso à comunicação e à informação no Brasil. No que se refere à oferta de informação televisiva, a constituição de uma emissora de TV pública se constituiu em uma alternativa concreta para a prática de um jornalismo orientado de forma efetiva pela observância do interesse público e caracterizado pelo exercício dos direitos à informação e comunicação por telespectadores (COUTINHO, 2013 p.28).

Resta explicar o financiamento da TV Brasil, a fim de questionar sobre a participação do governo. O financiamento da TV Brasil se dá via EBC. A EBC recebe do governo federal por seus serviços de comunicação e publicidade realizados pelos canais estatais e repassa à TV Brasil. Esse modelo é muito criticado e se tornou alvo de questionamentos quanto à subordinação da TV Brasil ao governo federal. Bucci

(2010) destaca o fato e reafirma que

Seja no plano político (relações com o governo e o Estado), seja no plano econômico (relações com o mercado), a independência é indispensável para a realização de qualquer projeto de radiodifusão pública. "Independência" não deve ser entendido, no entanto, como "arrogância". Em tempos de valorização da noção de interdependência, envolta em fetiches, incensada pelo presente contexto global, é preciso uma certa cautela ao se pregar a independência. Atualmente, o desafio ético é aprender a conviver em um ambiente onde não existe mais a possibilidade do isolamento absoluto de nenhum ator, país ou comunidade. Independência, portanto, não é isolamento, mas autonomia de critérios de decisão e de procedimentos. É o distanciamento crítico em relação ao poder político ou estatal e em relação ao mercado. De modo algum implica uma postura de autossuficiência ética, cultural e jornalística (BUCCI, 2010, p 6).

A principal proposta da TV Brasil é ampliar e diversificar o acesso à oferta de conteúdo audiovisual. Ela está presente em todo o território brasileiro e, agora, ainda conta com canais de seus programas no site de hospedagem de vídeos "youtube". Através deles, todos os que não têm acesso ao sinal, ainda novo, da TV Brasil podem conferir a programação da emissora; também servindo de acervo de materiais produzidos. Além disso, existe a possibilidade de participar pela página da TV Brasil no site de redes sociais Facebook e ainda, enviar mensagens de textos e mensagens via aplicativo Whats App. Essa participação é incentivada a fim de garantir maior pluralidade de vozes; mesmo estando cientes dos problemas de acesso e conexão à internet.

Em 2016, o Brasil passou por conflitos políticos que resultaram em um processo de impeachment da presidenta eleita. O vice, ao assumir o governo, começa um processo de desmonte da comunicação pública no país. Seu primeiro ato foi desfazer o Conselho Curador da EBC e criar a MP 744, que determina que o presidente da EBC seja indicado pelo presidente da república.

2 | COBERTURA EM SAÚDE

As relações entre saúde e comunicação são (ou deveriam ser) estreitas. Após discorrer sobre a comunicação pública e os direitos do acesso à informação, principalmente na TV pública, deve-se intuir a relação associada ao direito do cidadão de ter acesso à informação e à saúde. Kucinski (2000) fala sobre esses novos conceitos e como influenciam na definição de políticas públicas de saúde. Os novos conceitos de saúde e doença são dados pela mídia, na relação jornalismo e saúde.

Os novos conceitos de saúde-doença têm vastas implicações na definição de políticas públicas de saúde e, portanto, em seu acompanhamento jornalístico. Essas políticas não devem se limitar a combater focos ou endemias, ainda que isso continue sendo útil e necessário, mas devem procurar, principalmente, a melhoria da qualidade geral de vida da população. Mais do que causa, as endemias seriam a consequência da má qualidade ambiental ou de vida. Melhorar moradia,

transporte, saneamento, qualidade do ar e da alimentação seriam importantes políticas públicas a serem cobradas como essenciais ao exercício do direito à saúde (KUCINSKI, 2000, biblioteca online da Scielo).

Ainda nessa perspectiva, o jornalismo em saúde tem uma responsabilidade a mais. Além de elencar as novidades em notícias ainda deve perpetuar a informação e horizontalizar a percepção do telespectador-paciente. É necessário contextualizar a informação e, ainda, inseri-la no todo. Teixeira (2009) destaca esse aspecto.

sobre a responsabilidade do jornalismo em saúde com foco especial na seguinte questão: o jornalismo em saúde deve apenas contar a novidade ou deve também oferecer à sociedade a noção do todo, contando a novidade, mas contextualizando também o que ela acrescenta ou discorda do conjunto de evidências anteriores (TEIXEIRA, 2009).

3 | ANÁLISES

Para o levantamento e análise empíricos foi analisado o material disponível na internet no site do Repórter Brasil (<http://tvbrasil.ebc.com.br/reporterbrasil>). Existem duas edições, uma diurna e outra noturna. O alvo do artigo é a análise da edição noturna. Os dados coletados para análise foram todos os episódios da série “Nos corredores do SUS”, exibida no Repórter Brasil edição noturna. Para a análise da série foram consultadas as reportagens via internet no site da emissora TV Brasil. Para avaliá-las foram utilizados dados de pesquisas anteriores do grupo de pesquisa “Laboratório de Jornalismo e Narrativas Audiovisuais”. São apresentados eixos de análises.

O Repórter Brasil é o principal telejornal diário (não exibido aos domingos) da TV Brasil. A proposta do Repórter Brasil é trazer o jornalismo público às televisões brasileiras. De segunda a sexta possui duração de uma hora e aos sábados 30 minutos.

3.1 A série “Nos Corredores do SUS”

A série “Nos corredores do SUS” busca mostrar a história do SUS e como ele se encontra atualmente. “Nos corredores do SUS” foi veiculada na semana de 18 a 22 de janeiro de 2016 no principal telejornal da emissora pública TV Brasil, o Repórter Brasil edição noturna. A partir dessa série, com cinco episódios, foram feitas análises quali-quantitativas a respeito da cobertura em saúde e de sua qualidade no telejornalismo público. A série de reportagens foi analisada a partir dos vídeos disponibilizados no sítio oficial da emissora de televisão. Na época da série houve uma mobilização importante nas redes sociais, em especial o facebook, que deu notoriedade a “Nos corredores do SUS”. A série foi produzida pela própria TV Brasil, em Brasília e o último episódio, especial do Reino Unido e Estados Unidos, feito por correspondentes.

Todos os vídeos das cinco reportagens foram assistidos via site da TV Brasil. A partir desse primeiro contato com o material audiovisual pôde-se começar a análise. Para as análises qualitativas foram realizadas inferências acerca de três eixos considerados centrais nos estudos do Laboratório de Jornalismo e Narrativas Audiovisuais, Pluralidade, Diversidade e Cidadania/Autonomia. Para fins de sistematização eles foram denominados eixos A, B e C, respectivamente. O método de coleta de dados é a Análise da Materialidade Audiovisual, uma metodologia desenvolvida pela professora Iluska Coutinho que visa a pesquisa das unidades de texto+som+imagem+tempo+edição através de eixos de análises.

No eixo A, que trata da pluralidade, são englobadas as pluralidades de participações. São analisados os setores sociais representados, as temáticas de cada matéria, quais são os partidos políticos citados, se há presença do governo; em caso positivo de que forma, quais são as perspectivas de mundo enunciadas, se existem elementos regionais fora do eixo padrão (sul e sudeste) e se há presença de sotaques.

No eixo B, que trata da diversidade, é trabalhada a inclusão. São analisados como é dada a inclusão do público na narrativa (e de que forma ela se dá, via personagens?), como é dada a inserção da população; se existe direito à voz. São analisadas, também, as fontes e o tratamento dado a elas; quais fontes aparecem, se as fontes tem autoridade atribuída e direito à voz. Ainda no eixo B são analisados a temática (abordagens, como o tema é tratado, se o enfoque é diferenciado ou se recorrem a narrativas e modelos convencionais).

No eixo B, segundo pesquisas do grupo “Laboratório de Jornalismo e Narrativas Audiovisuais”, ainda deve-se analisar os formatos utilizados. Porém, essa parte será descartada para essa pesquisa visto que a série analisada segue um padrão no que se trata do formato e se tornaria redundante analisá-lo. Será apenas citado.

O eixo C trata de cidadania/autonomia. Nele são analisados se há contextualização dos fatos e inserção de desdobramentos possíveis inclusive para o cidadão, se a narrativa insere ou tem presença de estímulos à ação do telespectador e como essa convocação é feita, se há inclusão do cidadão comum como agente da narrativa se o cidadão age e transforma a realidade do fato narrado. E, ainda, se a matéria possui um viés formativo, de perspectiva ou tom educativo.

3.1.1 Reportagem 1

A reportagem 1 conta um pouco da história da criação do SUS e conta como as pessoas chegam até o Sistema Único de Saúde. Explica, também, sobre os diversos pontos e formas de atendimento da população (pronto socorro, samu, UPAs). O tempo total de cabeça mais reportagem soma três minutos e cinquenta e seis segundos (3’56’’).

No eixo A - Pluralidade percebe-se que não são muitos os setores sociais

representados. As fontes que efetivamente tem direito à voz são os especialistas (nesse caso uma representante do Centro Brasileiro de Estudos de Saúde). Cinco personagens falaram poucos segundos, três deles nem foram creditados. As temáticas são diversificadas, porém quase não se nota a presença de retrancas. Partidos políticos não são mencionados nessa primeira reportagem. A presença do governo se dá, indiretamente, pela apresentação de responsabilidades com relação ao SUS, sem interferência direta. Elementos regionais e presença de sotaque, que deveriam ser prezados no telejornalismo público, não estão presentes. Em alguns casos a contextualização dos fatos é dada, em outras o fato é noticiado como se fosse uma máxima de conhecimento geral. De três minutos e cinquenta e seis segundos (3'56"), vinte e um segundos foram destinados a uma única fala, da representante do Centro Brasileiro de Estudos de Saúde (por ser o "poder instituído", passar-se-á a ser denominado "autoridade" daqui para frente). O gráfico abaixo mostra o total de tempo da fala da autoridade nessa primeira reportagem.

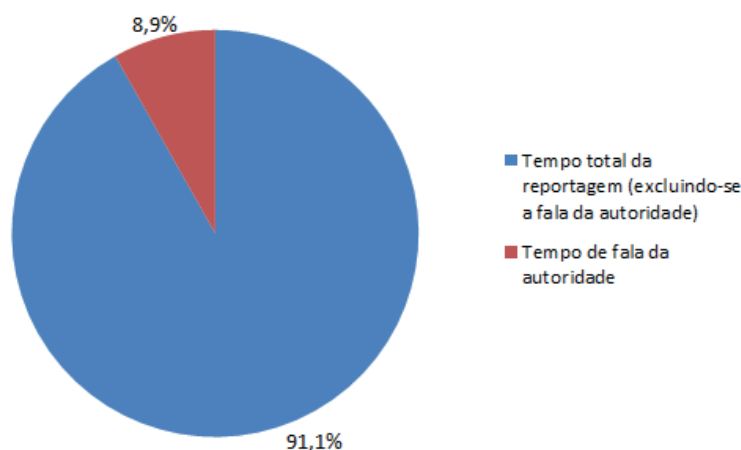


Gráfico 1: Tempo de fala da autoridade na reportagem 1

Fonte: Elaborado pelo próprio autor.

No eixo B - Diversidade percebe-se que a inclusão não é trabalhada na primeira reportagem da série "Nos corredores do SUS". As narrativas deveriam inserir o público, mas só o fazem ao pegar personagens comuns quase sem direito de fala. As fontes são variadas, mas a estrutura comum é a de um personagem que reafirma o texto do repórter seguido de um especialista (nesse caso um enfermeiro). A autoridade, como foi nomeada acima, é a última a ser entrevistada. Ela é a representante do poder instituído. A temática é tratada da forma padrão, seguindo inclusive a padronização dos formatos (Cabeça em estúdio + Off + entrevista com personagem + Passagem + entrevista com especialista/autoridade).

No eixo C - Cidadania/Autonomia percebe-se que a explicação do contexto dos fatos nem sempre se dá ao cidadão leigo. Alguns temas precisam ser mais bem explicados e detalhados para a compreensão geral; por exemplo a atuação do SAMU e a própria existência do SAMU. O que difere o SAMU de uma ambulância normal?

Quais são os equipamentos do SAMU? Esses e diversos outros questionamentos ficaram em aberto. Os desdobramentos possíveis não são explorados. A narrativa não insere o telespectador nem o convida à ação. O tempo todo o telespectador só é informado, superficialmente, da notícia. Ele é um “consumidor passivo”, não sendo agente da narrativa. O viés é apenas informativo.

3.1.2 Reportagem 2

A reportagem 2 conta como se dá o financiamento do SUS.

No eixo A - Pluralidade percebe-se que não são muitos os setores sociais representados. As fontes que efetivamente tem direito à voz são os especialistas (nesse caso o vice presidente do Conselho Federal de Medicina, uma professora do departamento de saúde coletiva da UNB e o governador do Distrito Federal). Quatro personagens falaram poucos segundos, dois deles nem foram creditados. A temática foi única, girando em torno do financiamento do SUS. Não se nota a presença de retrancas. Partidos políticos não são mencionados nessa segunda reportagem. A presença do governo se dá, indiretamente, pela apresentação de responsabilidades com relação ao SUS, sem interferência direta. O governador do Distrito Federal teve direito à fala. Elementos regionais e presença de sotaque, que deveriam ser prezados no telejornalismo público, não estão presentes. Em alguns casos a contextualização dos fatos é dada, em outras o fato é noticiado como se fosse uma máxima de conhecimento geral. De quatro minutos e dezessete segundos (4'17"), quarenta e nove segundos foram destinados a falas de autoridades, do vice presidente do Conselho Federal de Medicina, da professora do departamento de saúde coletiva da UNB e do governador do Distrito Federal. O gráfico abaixo mostra o total de tempo da fala das autoridades nessa segunda reportagem.

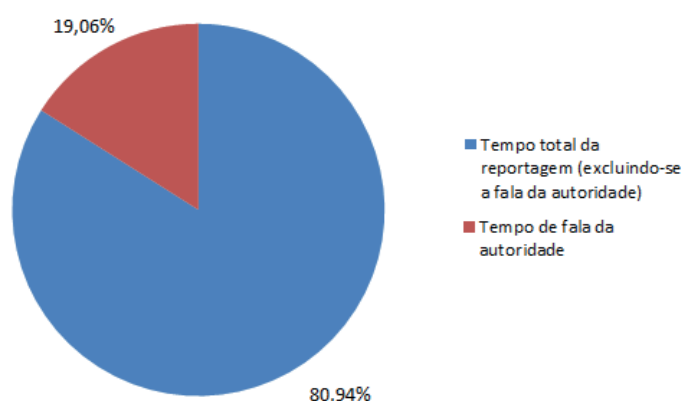


Gráfico 2: Tempo de fala das autoridades na reportagem 2.

Fonte: Elaborado pelo próprio autor.

No eixo B - Diversidade percebe-se que a inclusão não é trabalhada na segunda reportagem da série “Nos corredores do SUS”. As narrativas deveriam inserir o público, mas só o fazem ao pegar personagens comuns quase sem direito de fala. As

fontes são variadas, mas a estrutura comum é a de um personagem que reafirma o texto do repórter seguido de um especialista. As autoridades são as fontes que mais possuem tempo de fala. A temática é tratada da forma padrão, seguindo inclusive a padronização dos formatos (Cabeça em estúdio + Off + entrevista com personagem + Passagem + entrevista com especialista/autoridade).

No eixo C - Cidadania/Autonomia percebe-se que a explicação do contexto dos fatos nem sempre se dá ao cidadão leigo. Alguns temas precisam ser mais bem explicados e detalhados para a compreensão geral; por exemplo qual a participação e as responsabilidades dos planos de saúde visto que foi informado que todo cidadão, tendo plano de saúde ou não, tem o direito de ser atendido pelo SUS. Então, pra quê existem os planos de saúde; já que pessoas que tem plano declararam que não foram atendidas pela rede privada e conseguiram o atendimento na rede pública? Esses e diversos outros questionamentos ficaram em aberto. Os desdobramentos possíveis não são explorados. A narrativa não insere o telespectador nem o convida à ação. O tempo todo o telespectador só é informado, superficialmente, da notícia. Ele é um “consumidor passivo”, não sendo agente da narrativa. O viés é apenas informativo.

3.1.3 Reportagem 3

A reportagem 3 mostra os projetos do SUS que não saíram do papel e as propostas para melhorar o atendimento à população na visão de especialistas.

No eixo A - Pluralidade percebe-se que não são muitos os setores sociais representados; nessa terceira reportagem só especialistas foram entrevistados. As fontes que efetivamente tem direito à voz são os especialistas (nesse caso uma representante do Centro Brasileiro de Estudos de Saúde, uma professora do departamento de saúde coletiva da UNB, uma assessora de gerência de enfermagem do Hospital de Base, o vice-presidente do Conselho Federal de Medicina e o governador do Distrito Federal). Nenhum personagem foi entrevistado nessa reportagem. A temática foi única, girando em torno dos projetos para o sistema de saúde que não saíram do papel e as propostas para melhor o atendimento à população. Não se nota a presença de retrancas. Partidos políticos não são mencionados nessa terceira reportagem. A presença do governo se dá, indiretamente, pela apresentação de responsabilidades com relação ao SUS, sem interferência direta. O governador do Distrito Federal teve direito à fala. Elementos regionais e presença de sotaque, que deveriam ser prezados no telejornalismo público, não estão presentes. Em alguns casos a contextualização dos fatos é dada, em outras o fato é noticiado como se fosse uma máxima de conhecimento geral. De três minutos e cinquenta e um segundos (3'51"), oitenta e cinco segundos foram destinados a falas de autoridades, uma representante do Centro Brasileiro de Estudos de Saúde, uma professora do departamento de saúde coletiva da UNB, uma assessora de gerência de enfermagem do Hospital de Base, o vice-presidente do Conselho Federal de Medicina e o governador do Distrito

Federal. O gráfico abaixo mostra o total de tempo da fala das autoridades nessa terceira reportagem.

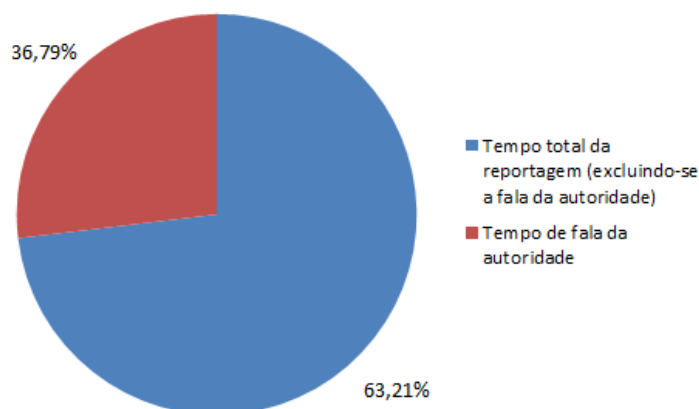


Gráfico 3: Tempo de fala das autoridades na reportagem 3

Fonte: Elaborado pelo próprio autor.

No eixo B - Diversidade percebe-se que a inclusão não é trabalhada na terceira reportagem da série “Nos corredores do SUS”. As narrativas deveriam inserir o público, mas essa reportagem nem personagens têm. As fontes são variadas, mas a estrutura comum é a de um personagem que reafirma o texto do repórter seguido de um especialista. As autoridades são as fontes que mais possuem tempo de fala. A temática é tratada da forma padrão, seguindo inclusive a padronização dos formatos (Cabeça em estúdio + Off + Passagem + entrevista com especialista/autoridade).

No eixo C - Cidadania/Autonomia percebe-se que a explicação do contexto dos fatos nem sempre se dá ao cidadão leigo. Alguns temas precisam ser mais bem explicados e detalhados para a compreensão geral; por exemplo, qual a participação e as responsabilidades dos políticos que não votaram as emendas e projetos para o SUS? Por que o SUS ainda não tem total financiamento que a lei do ano de 2015 determinou? Esses e diversos outros questionamentos ficaram em aberto. Os desdobramentos possíveis não são explorados. A narrativa não insere o telespectador nem o convida à ação. O tempo todo o telespectador só é informado, superficialmente, da notícia. Ele é um “consumidor passivo”, não sendo agente da narrativa. O viés é apenas informativo.

3.1.4 Reportagem 4

A reportagem 4 mostra os atendimentos complexos que o SUS realiza com sucesso, apesar das dificuldades existentes com recursos.

No eixo A - Pluralidade percebe-se que não são muitos os setores sociais representados. As fontes que efetivamente tem direito à voz são os especialistas (nesse caso a coordenadora de ensino e pesquisa do Hospital de Base e a assessora da gerência de enfermagem do Hospital de Base). Uma personagem fala poucos segundos contando sua experiência no tratamento do câncer. A temática foi única,

girando em torno dos tratamentos de alta complexidade que o SUS realiza com sucesso apesar das dificuldades. Não se nota a presença de retrancas. Partidos políticos não são mencionados nessa quarta reportagem. A presença do governo se dá, indiretamente, pela apresentação de responsabilidades com relação ao SUS, sem interferência direta. Elementos regionais e presença de sotaque, que deveriam ser prezados no telejornalismo público, não estão presentes. Em alguns casos a contextualização dos fatos é dada, em outras o fato é noticiado como se fosse uma máxima de conhecimento geral. De três minutos e quarenta e cinco segundos (3'45"), cinquenta segundos foram destinados a falas de autoridades, a coordenadora de ensino e pesquisa do Hospital de Base e a assessora da gerência de enfermagem do Hospital de Base. O gráfico abaixo mostra o total de tempo da fala das autoridades nessa quarta reportagem.

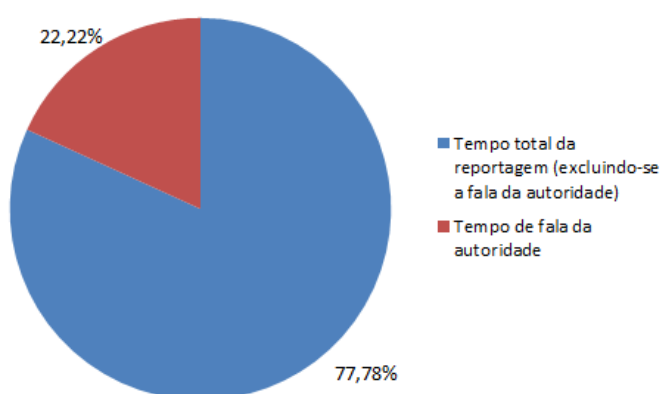


Gráfico 4: Tempo de fala das autoridades na reportagem 4.

Fonte: Elaborado pelo próprio autor.

No eixo B - Diversidade percebe-se que a inclusão não é trabalhada na quarta reportagem da série “Nos corredores do SUS”. As narrativas deveriam inserir o público, mas essa reportagem só tem uma personagem pouco utilizada. As fontes são variadas, mas a estrutura comum é a de um personagem que reafirma o texto do repórter seguido de um especialista. As autoridades são as fontes que mais possuem tempo de fala. A temática é tratada da forma padrão, seguindo inclusive a padronização dos formatos (Cabeça em estúdio + Off + entrevista com personagem + Passagem + entrevista com especialista/autoridade).

No eixo C - Cidadania/Autonomia percebe-se que a explicação do contexto dos fatos nem sempre se dá ao cidadão leigo. Alguns temas precisam ser mais bem explicados e detalhados para a compreensão geral; por exemplo, qual a participação e as responsabilidades dos procedimentos de alta complexidade? Os planos de saúde não são obrigados a cobrir? A única informação que é dada é que o SUS é quem realiza os tratamentos de alta complexidade. Esses e diversos outros questionamentos ficaram em aberto. Os desdobramentos possíveis não são explorados. A narrativa

não insere o telespectador nem o convida à ação. O tempo todo o telespectador só é informado, superficialmente, da notícia. Ele é um “consumidor passivo”, não sendo agente da narrativa. O viés é apenas informativo.

3.1.5 Reportagem 5

A reportagem 5 nos mostra como é a saúde nos Estados Unidos da América e no Reino Unido (oficialmente Reino Unido da Grã Bretanha e Irlanda do Norte, engloba os países Escócia, Inglaterra, Irlanda do Norte e País de Gales). Nos Estados Unidos, a saúde é praticamente privada. Já no Reino Unido existe um sistema de saúde gratuito parecido com o SUS.

No eixo A - Pluralidade percebe-se que não são muitos os setores sociais representados. A reportagem foi toda construída em offs e passagens. A temática foi única, girando em torno do funcionamento dos sistemas de saúde nos Estados Unidos da América e do Reino Unido. Não se nota a presença de retrancas. Partidos políticos não são mencionados nessa quinta reportagem. A presença do governo não existe. Elementos regionais e presença de sotaque, que deveriam ser prezados no telejornalismo público, não estão presentes. Em alguns casos a contextualização dos fatos é dada, em outras o fato é noticiado como se fosse uma máxima de conhecimento geral. A reportagem de quatro minutos e trinta e três segundos (4'33") foi toda construída em offs e passagens. Não houve entrevistas. O gráfico abaixo mostra o total de tempo da fala das autoridades nessa quinta reportagem.

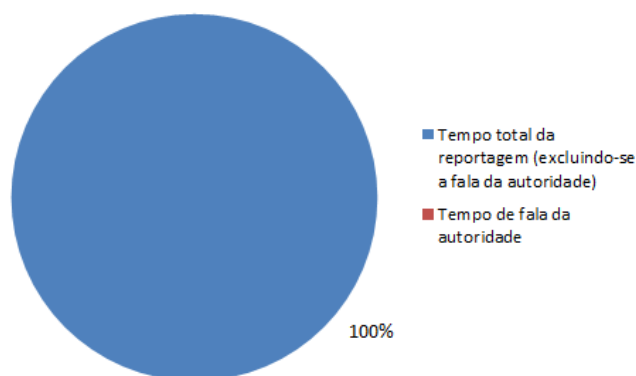


Gráfico 5: Tempo de fala das autoridades na reportagem 5

Fonte: Elaborado pelo próprio autor.

No eixo B - Diversidade percebe-se que a inclusão não é trabalhada na quarta reportagem da série “Nos corredores do SUS”. As narrativas deveriam inserir o público, mas essa reportagem não tem personagens. A reportagem não possui fontes e a estrutura se dá em offs e passagens. A temática é tratada da forma padrão, seguindo inclusive a padronização dos formatos (Cabeça em estúdio + Off + Passagem + Off).

No eixo C - Cidadania/Autonomia percebe-se que a explicação do contexto dos fatos nem sempre se dá ao cidadão leigo. Alguns temas precisam ser mais bem

explicados e detalhados para a compreensão geral; por exemplo, qual a participação e as responsabilidades dos procedimentos do governo dos Estados Unidos da América na saúde pública? Não existe saúde pública nos Estados Unidos da América? Esses e diversos outros questionamentos ficaram em aberto. Os desdobramentos possíveis não são explorados. A narrativa não insere o telespectador nem o convida à ação. O tempo todo o telespectador só é informado, superficialmente, da notícia. Ele é um “consumidor passivo”, não sendo agente da narrativa. O viés é apenas informativo.

4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sobre a série “Nos corredores do SUS”, nota-se uma padronização de formatos, temáticas diversificadas e um reaproveitamento de fontes. Em cinco episódios a mesma fonte aparece em três deles. Além disso, é notória uma tendência à oficialização das fontes. O maior tempo de fala se deu para as fontes oficiais, também chamadas aqui de “autoridades”.

Com relação aos eixos de análise percebe-se, também, certa padronização da série de reportagens. No eixo A - Pluralidade percebe-se que não são muitos os setores sociais representados. As fontes que efetivamente tem direito à voz são os especialistas. As temáticas foram diversificadas ao longo da série, cada episódio com seu tema específico. No eixo B - Diversidade percebe-se que a inclusão não é trabalhada na série de reportagens “Nos corredores do SUS”. As narrativas deveriam inserir o público, mas essas reportagens têm poucos personagens; o episódio cinco nem teve personagem algum. No eixo C - Cidadania/Autonomia percebe-se que a explicação do contexto dos fatos nem sempre se dá ao cidadão leigo. Alguns temas precisam ser mais bem explicados e detalhados para a compreensão geral. Alguns questionamentos ficaram em aberto. Os desdobramentos possíveis não são explorados. A narrativa não insere o telespectador nem o convida à ação. O tempo todo o telespectador só é informado, superficialmente, da notícia. Ele é um “consumidor passivo”, não sendo agente da narrativa. O viés é apenas informativo.

REFERÊNCIAS

BUCCI, Eugênio. É possível fazer televisão pública no Brasil? NOVOS ESTUDOS: revista da CEBRAP, São Paulo, n.88, p.5-18, nov. 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-33002010000300001&script=sci_arttext>. Acesso em 13/02/2017.

COUTINHO, Iluska (org). **A informação na TV pública**. Florianópolis: Insular, 2013.

EBC. **Sobre a EBC**. Disponível em: <<http://www.ebc.com.br/sobre-a-ebc>>. Acesso em 17/01/2017.

KUCINSKI, Bernardo. **Jornalismo, saúde e cidadania**. Biblioteca online da Scielo. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-32832000000100025>. Acesso em 10/02/2017.

TEIXEIRA, Ricardo A. **Por um melhor jornalismo em saúde.** Revista ICBNeuro. Disponível em <<http://www.icbneuro.com.br/consciencia/jornalismoSaude.php?p=js&id=9>>. Acesso em 07/02/2017.

SOBRE A ORGANIZADORA

Luciane Pereira da Silva Navarro - é jornalista formada pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (2000), com mestrado em Linguagem, Identidade e Subjetividade, também pela UEPG (2014). É especialista em Direção de Arte pelo Centro Universitário Curitiba, Unicuritiba (2005). Com 23 anos de experiência em assessoria de comunicação, foi sócia da agência A4 Comunicação por 13 anos (2001-2014). Desde 2007, leciona nos cursos superiores de jornalismo e publicidade. Foi coordenadora do Curso de Pós-graduação em Comunicação Empresarial no Cescage (2013-2017). Atuou como coordenadora de marketing das Faculdades Ponta Grossa - Cescage (2014-2017). Atualmente, é Coordenadora de Comunicação da Universidade Estadual de Ponta Grossa.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Arte 41, 42, 85, 86, 99, 100, 103, 107, 109, 118, 124, 128, 129, 130, 131, 136, 139, 142, 143, 147, 152, 153, 161, 165, 204, 207, 213

C

Canal 11 156, 160, 163, 165, 167

Censura 45, 78, 83, 89, 94, 157, 183, 185, 186, 187, 188, 191

Cinema 44, 85, 102, 103, 108, 109, 112, 121, 123, 124, 129, 130, 131, 132, 136, 137, 138, 139, 140, 142, 153, 165, 183

Comunicação 1, 2, 3, 4, 6, 8, 9, 16, 20, 23, 24, 25, 26, 46, 54, 55, 56, 57, 58, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 67, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 80, 83, 85, 86, 90, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 103, 105, 108, 112, 114, 115, 118, 132, 142, 143, 146, 147, 149, 150, 151, 155, 156, 158, 165, 167, 169, 180, 183, 192, 193, 194, 195, 196, 197, 199, 200, 201, 202, 208, 210

Correspondentes brasileiros 183

Crise política 192, 203

D

Dilma Rousseff 193, 196, 197, 203, 209, 211, 212, 213

Dispositivos móveis 62, 63, 66, 67, 68, 70

Documentário 123, 124, 127, 128, 129, 130, 131, 138, 140, 142, 143, 167, 168

E

Educação 4, 9, 43, 49, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 62, 63, 64, 65, 66, 68, 69, 70, 71, 72, 90, 147, 156, 157, 158, 162, 163, 165, 166, 167, 168, 211

Evolução curricular 50

Expressão artística 97

H

História 1, 2, 3, 4, 6, 8, 9, 11, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 28, 39, 41, 43, 48, 49, 50, 54, 60, 63, 64, 74, 75, 78, 79, 80, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 90, 91, 92, 95, 96, 97, 99, 100, 101, 103, 110, 111, 112, 117, 120, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 133, 137, 138, 140, 141, 143, 144, 149, 151, 155, 156, 164, 166, 167, 168, 170, 171, 172, 173, 174, 176, 181, 183, 186, 190, 193, 203, 204, 206, 208, 213

Histórias em quadrinhos 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96

Historiografia 9, 21, 98, 125, 126, 170, 180

I

Ilustração 138, 189

Imprensa 1, 2, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 37, 39, 40, 41, 42, 44, 45, 49, 51, 52, 53, 54, 55, 59, 74, 75, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 87, 90, 96, 97, 98, 99, 102, 103, 111, 112, 113, 120, 132, 135, 136, 151, 170, 171, 175, 176, 177, 179, 180, 183, 184, 185, 186, 187, 188, 189, 190, 191, 192, 193, 194, 195, 197, 199, 200, 201, 210

Imprensa alternativa 190, 192, 193, 194, 195, 197, 199, 200, 201

Impresso 6, 20, 21, 37, 41, 45, 47, 49, 51, 56, 59, 79, 80, 100, 101, 103, 105, 110, 111, 169, 170, 172, 174, 176, 177, 199

J

Jornais 2, 3, 5, 6, 11, 12, 15, 16, 17, 18, 19, 38, 39, 40, 41, 43, 46, 47, 48, 57, 74, 75, 77, 79, 80, 81, 82, 83, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 95, 96, 98, 99, 109, 110, 134, 136, 146, 147, 171, 174, 175, 176, 179, 180, 181, 184, 188, 189, 191, 193, 194, 195, 196

Jornalismo esportivo 37, 39, 40, 41, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49

Jornalismo literário 114, 119, 121

L

Lugar de memória 123, 124, 126, 127, 128, 129, 130

M

Mato Grosso 62, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 112

Mato Grosso do Sul 74, 75, 79, 80, 81, 83, 112

Memórias 13, 92, 114, 115, 117, 118, 122, 126, 140, 141, 142, 186, 191

N

Neopentecostalismo 192, 193, 197, 198, 201

O

Orlando Brito 202, 203, 205, 206, 208, 210, 211, 212

P

Pós-memórias 115, 117

R

Radiojornalismo 50, 51, 54, 55, 57, 59, 60

Relações de poder 156, 158, 170, 172, 174, 175, 181

Representação social 169, 170, 172, 173, 174, 176, 177, 178

Revista Ocas 150, 155

Revista Piauí 205, 207, 208, 211, 212, 214

Revistas brasileiras 98, 106

S

Segunda Guerra Mundial 87, 88

Street papers 145, 146, 147, 148, 154, 155

T

Televisão 24, 25, 27, 35, 47, 55, 56, 57, 85, 89, 94, 99, 100, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 156, 158, 159, 160, 162, 163, 164, 165, 166, 167, 168, 196, 198, 199

Testemunho 132, 133, 134, 135, 136, 139, 140, 141, 144

TV Educativa 156, 157, 158, 161, 163, 164, 166, 167, 168

TV Universitária 156, 158, 160, 161, 165

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-605-8

